



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

VALCILENE GERMANIO DA SILVA GOMES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO ESCOLAR DESAFIOS E
POTENCIALIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM
MAMANGUAPE - PB**

**Mamanguape/PB
2025**

VALCILENE GERMANIO DA SILVA GOMES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO ESCOLAR DESAFIOS E
POTENCIALIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM
MAMANGUAPE - PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em
Administração do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em
Administração, defendido e aprovado pela banca examinadora constituída pelos
docentes:**

**Prof.^a Dr.^a Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Orientador(a)**

**Prof.^a Dr.^a Laura Maria Aguiar Costa (1)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Membro da Banca Examinadora**

**Prof.^a Dr.^a Rosemary Marinho da Silva (2)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Membro da Banca Examinadora**

**Mamanguape/PB
2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO ESCOLAR DESAFIOS E
POTENCIALIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM
MAMANGUAPE - PB**

Valcilene Germanio da Silva Gomes – Graduanda de Administração/CCAe - UFPB –
gomesvalcilenea@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Maria Angeluze Soares Perônico Barbotin – UFPB – angeluce@cae.ufpb.br

Prof.^a Dr.^a Laura Maria Aguiar Costa – UFPB – lauraaguiar27@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Rosemary Marinho da Silva – UFPB – rosemarymarinhodasilva@gmail.com

RESUMO

A Educação Ambiental, apesar de bem estabelecida nas leis e políticas de educação do Brasil, ainda encontra dificuldades para ser colocada em prática de forma efetiva nas escolas públicas municipais. O que motivou este estudo foi a ausência de trabalhos que abordam o tema a partir da ótica da gestão escolar. O objetivo geral foi analisar, a partir da percepção da gestão escolar, os principais desafios e potencialidades para a implementação efetiva da educação ambiental em três escolas públicas municipais da cidade de Mamanguape-PB. Como objetivos específicos buscou identificar forças e fraquezas, mapear as oportunidades e ameaças, e indicar estratégias de gestão para fortalecer a implementação da educação ambiental. O estudo se apoiou em referências sobre a evolução histórica da educação ambiental, políticas públicas, gestão escolar democrática e a aplicação da matriz SWOT como ferramenta de análise. A pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com a aplicação de questionários com gestores escolares, cujos dados foram tratados e analisados pela análise de conteúdo. Os resultados mostraram que, embora haja motivação das equipes, hortas e parcerias externas, ainda existem fragilidades como falta de planejamento, formação docente limitada e pouco apoio da Secretaria de Educação. A pesquisa contribui ao evidenciar que a gestão escolar pode ser protagonista na implementação da Educação Ambiental, ao criar estratégias práticas e estabelecer parcerias, fortalecendo sua integração ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico, mesmo com recursos limitados.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Gestão Escolar. Escolas Públicas Municipais.

ABSTRACT

Environmental education, despite being well-established in Brazilian education laws and policies, still faces challenges in being effectively implemented in municipal public schools. This study was motivated by the lack of studies addressing the topic from the perspective of school management. The overall objective was to analyze, from the perspective of school management, the main challenges and potential for the effective implementation of environmental education in three municipal public schools in the city of Mamanguape, Paraíba. Specific objectives included identifying strengths and weaknesses, mapping opportunities and threats, and suggesting management strategies to strengthen the implementation of environmental education. The study drew on references regarding the historical evolution of environmental education, public policies, democratic school management, and the application of the SWOT matrix as an analytical tool. This qualitative, descriptive study was conducted through semi-structured interviews with school administrators, whose data were processed and analyzed using content analysis. The results showed that, although there is motivation among teams, gardens, and external partnerships, there are still weaknesses such as a lack of planning, limited teacher training, and limited support from the Department of Education. The research contributes by demonstrating that school administration can play a leading role in the implementation of Environmental Education by creating practical strategies and establishing partnerships, strengthening its integration into the curriculum and the Political-Pedagogical Project, even with limited resources.

Keywords: Environmental Education. School Management. Municipal Public Schools.

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental nas escolas é um tema importante dentro das políticas educacionais, reconhecido como instrumento necessário para a formação de cidadãos mais conscientes sobre as questões socioambientais. Atualmente, de acordo com Arnaldo e Santana e Santos e Alves (2018;2021), esta temática é investigada por meio da análise das políticas públicas, dos manuais didáticos, dos trabalhos didáticos e da participação entre estudantes, professores e familiares. Santos e Alves (2021) destacam que, ao longo do tempo, a educação ambiental deve ir além de uma abordagem pontual e disciplinar para uma perspectiva mais integrada e crítica. No entanto, desafios como a falta de infraestrutura nas escolas, a superficialidade da formação docente e a dificuldade de vincular o ensino ambiental à realidade cotidiana dos estudantes persistem.

A educação ambiental foi institucionalizada no Brasil pela Lei nº 6.938/1981, que é um marco fundamental para dar ênfase a esse processo, consolidando a obrigatoriedade dentro de todas as modalidades de ensino. Porém, mesmo com esta institucionalização, as escolas ainda enfrentam diversos desafios em sua aplicação prática, especialmente no ensino público, o que ocorre pela falta de estrutura e formação docente (Santos; Alves, 2021). Como apontado

por Arnaldo e Santana (2018) a educação ambiental não deve ser tratada de forma isolada, mas integrada, de forma transversal, no âmbito escolar, pois permite que os estudantes entendam as questões ambientais em diferentes contextos. Contudo, muitas escolas ainda acabam enfrentando dificuldades e desafios para a implementação da educação ambiental de forma transversal, limitando-se a atividades pontuais.

Desta forma, a presente pesquisa utilizou a matriz SWOT, que permite identificar forças e fraquezas internas das escolas como também, oportunidades e ameaças externas. Isso oferece uma visão mais clara das condições que afetam a implementação das práticas ambientais. Portanto, a SWOT não só ajuda a entender o que está funcionando bem e o que precisa melhorar dentro das escolas, mas também auxilia na elaboração de estratégias para aproveitar ao máximo os pontos positivos e as oportunidades, ao mesmo tempo em que busca reduzir as fragilidades e os riscos.

Portanto, o problema que norteia esta pesquisa é: quais os desafios e as potencialidades para a implementação efetiva da educação ambiental pela gestão das escolas municipais no Vale do Mamanguape na Paraíba? A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar, a partir da percepção da gestão escolar, os principais desafios e potencialidades para a implementação efetiva da educação ambiental em três escolas públicas municipais da cidade de Mamanguape-PB. Os objetivos específicos são: a) Identificar forças e fraquezas das três escolas públicas municipais para implementar a educação ambiental; b) Mapear as oportunidades e ameaças das três escolas públicas municipais para implementar a educação ambiental; c) Indicar estratégias de gestão para a implementação da educação ambiental nas três escolas públicas municipais.

A realização deste estudo se justifica pela importância tanto do desenvolvimento teórico como para aplicação nas escolas públicas municipais, pois busca compreender como o tema sobre a educação ambiental é abordado no ambiente escolar a partir da perspectiva das gestões. Compreender os desafios e as potencialidades para uma implementação eficaz da educação ambiental, permite que os gestores consigam formular políticas mais eficazes e, ao mesmo tempo, traz contribuições diretas para as escolas analisadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A história da educação ambiental no Brasil é fortemente influenciada por movimentos internacionais e pela crescente preocupação global com os impactos ambientais. O termo "educação ambiental" foi utilizado oficialmente pela primeira vez em 1965, durante a Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra, onde foi recomendado que essa abordagem integrasse a formação de todos os cidadãos. De acordo com Souza (2017) no ano de 1968, o país criou o Conselho para Educação Ambiental, reunindo mais de cinquenta organizações voltadas à educação e à preservação do meio ambiente.

A década de 1970 foi marcada por um crescimento expressivo da consciência ecológica no mundo, culminando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, com a presença de representantes de 113 países, inclusive o Brasil. Esse evento foi um divisor de águas, não só por colocar as questões ambientais na pauta política mundial, mas também por instituir o dia 5 de junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente (Souza, 2017).

No Brasil, a educação ambiental surgiu de maneira ainda tímida na década de 1970, com alguns projetos e programas isolados. Foi apenas na década de 1980 que o tema começou a ganhar visibilidade e relevância pública. Desse modo, um marco fundamental foi a Constituição Federal de 1988, que incorporou, em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, a missão do governo de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Souza, 2017, p. 21). Esse reconhecimento constitucional preparou o caminho para políticas mais robustas. A partir de 2001, o Censo Escolar do INEP passou a incluir uma pergunta específica, questionando se a escola faz educação ambiental, o que mostra a expansão do tema nas instituições de ensino (Souza, 2017).

Com base nesse contexto, foram criadas iniciativas importantes, como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), coordenado por meio da parceria entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com o objetivo de consolidar a educação ambiental como política pública. A promulgação da Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999 representa um marco regulatório fundamental para a consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil. Essa legislação estabelece diretrizes e princípios essenciais para a incorporação da educação ambiental como parte estruturante da educação nacional, reconhecendo sua relevância para a formação de cidadãos conscientes, críticos e

comprometidos com a sustentabilidade, definindo a Educação Ambiental como um processo permanente, por meio do qual indivíduos e coletividades constroem valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à proteção do meio ambiente, um bem de uso comum, indispensável à qualidade de vida e à sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Essa definição jurídica reforça que o meio ambiente deve ser compreendido não apenas como um recurso a ser utilizado, mas como patrimônio coletivo que exige responsabilidade e equilíbrio. Além disso, a Educação Ambiental é entendida como um processo permanente, que deve ocorrer de forma contínua ao longo da vida, e deve ser abordada em diferentes espaços e não apenas dentro do contexto escolar, envolvendo tanto indivíduos e grupos sociais, focando na importância de uma participação coletiva para construir uma sociedade mais consciente.

Deste modo, a Lei Federal 9.795/1999 avança ainda mais ao delinear, em seu Art. 2º, que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional. Essa disposição torna obrigatória sua presença em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto no ensino formal (realizado nas instituições de ensino) quanto no não formal (desenvolvido em espaços como comunidades, organizações sociais e meios de comunicação). Já o Art. 10º determina sua implementação como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, reforçando sua transversalidade nos currículos escolares (Brasil, 1999). Isso implica que as instituições de ensino, em todos os níveis da educação básica ao ensino superior, têm o dever legal de incluir a temática ambiental em seus projetos pedagógicos, planos de ensino e atividades práticas, conforme preconizado na própria lei.

Como aponta Furtado (2009), embora a Lei 9.795/99 represente um avanço simbólico e legal, sua linguagem genérica e antropocêntrica dificulta a apropriação por parte dos educadores, além de não abordar suficientemente as dimensões históricas, sociais e políticas da questão ambiental. Furtado (2009) ressalta que ainda há muitas práticas de Educação Ambiental nas escolas que se limitam a ações pontuais como coleta seletiva e reciclagem, desarticuladas do contexto político e cultural, o que esvazia seu potencial formativo e transformador. Além disso, destaca que é possível observar que as atividades que ocorrem dentro do ambiente escolar são baseadas em ciências naturais, na qual são focadas em aspectos técnicos e biológicos.

Conforme ressaltam Oliveira e Neiman (2020) a Educação Ambiental se tornou uma disciplina obrigatória dentro do ensino brasileiro, e a Lei 9.795/99 ressaltou a importância

desta temática dentro das escolas como uma disciplina que aborda temas, para fazer com que os alunos reflitam e tenham contato direto com o meio ambiente para que assim possam praticar ações para proteger o meio em que se vive.

Ambos os autores Furtado (2009) e Oliveira e Neiman (2020) apontam a falta de formação crítica dos docentes como uma das principais barreiras para a consolidação da Educação Ambiental como uma política pública efetiva. A perpetuação de uma educação tradicional, herança de influências religiosas e coloniais, contribui para a manutenção de práticas descontextualizadas e pouco reflexivas nas escolas. Como apontado por Barbieri e Silva (2012, p. 76), “qualquer instituição de ensino dentro do território nacional, independentemente do nível de ensino em que atua, deverá considerar a educação ambiental como um componente essencial e permanente dos seus programas de ensino” Tal orientação fortalece o marco legal e amplia a responsabilidade das escolas e universidades na formação de uma consciência ecológica coletiva.

Dessa forma, a Lei nº 9.795/99 não apenas normatiza a inclusão da educação ambiental na educação brasileira, mas também estrutura uma política de Estado voltada para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um marco regulatório que orienta a prática pedagógica e institucional rumo à construção de uma sociedade mais equilibrada, solidária e comprometida com o futuro do planeta.

2.2 GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL E O PAPEL DOS GESTORES PÚBLICOS

No Brasil, a educação é organizada por diferentes órgãos que atuam desde o nível municipal até o federal. Essa estrutura foi formalizada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996. Segundo Fogaça, a educação brasileira é composta pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, que juntos formam a base do processo educativo. Além disso, em nível municipal, os principais responsáveis pela gestão da educação são a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME) (Fogaça, s.d).

Segundo Mendes (s.d) a estrutura educacional é dividida em duas principais áreas: a educação básica e a educação superior. Essa organização está estabelecida na Constituição Federal de 1988 e é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/1996. A educação básica, por sua vez, inclui três etapas principais: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Essas fases não têm só o objetivo de transmitir

conhecimentos, mas também de formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para atuar na sociedade. Vale lembrar que, de acordo com a Constituição, a educação é um direito de todos e uma responsabilidade tanto do Estado quanto das famílias. Além disso, ela deve ser promovida e incentivada com a participação da sociedade como um todo (Mendes, s.d).

A responsabilidade por oferecer uma educação de qualidade no Brasil é dividida entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Os municípios geralmente cuidam da educação infantil e do ensino fundamental, enquanto os Estados têm a responsabilidade pelo ensino fundamental e médio. Já a União atua coordenando o sistema federal de ensino, estabelecendo regras gerais, financiando as políticas educativas e avaliando a qualidade do ensino em todo o país. (Mendes, s.d). Com essa divisão de responsabilidades, a gestão escolar se torna essencial para coordenar as políticas de educação e assegurar que a qualidade do ensino seja realmente alcançada.

A gestão das escolas públicas brasileiras tem passado por importantes transformações, a partir de marcos legais como Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que substituíram, a ideia de administração escolar pelo conceito de gestão democrática e participativa. Segundo Oliveira e Vasques-Menezes (2018, p. 880), “o princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos” Isso mostra que o gestor escolar, além de desempenhar funções administrativas, também precisa ser alguém que conecta e integra as áreas pedagógica, administrativa e cultural da escola.

Segundo Feitosa e Oliveira (2019, p. 3) “o desafio para garantir a gestão democrática na escola pública perpassa por um rol de ações do gestor frente às demandas e pela formação política dos sujeitos que fazem parte do processo educativo na escola”. A gestão escolar desenvolve um papel importante dentro do ambiente escolar, em que é considerado uma figura essencial para reforçar que a função do gestor deve estar ancorada em práticas democráticas, com escuta ativa da comunidade escolar e com forte articulação no Projeto Político-Pedagógico (PPP), pois sua construção é apontada como ferramenta essencial, desde que elaborada de forma coletiva, envolvendo todas as pessoas da comunidade escolar.

A gestão democrática deve superar práticas autoritárias, como a nomeação político-partidária de diretores, bastante comum nas redes municipais, o que compromete a autonomia institucional e enfraquece a continuidade dos projetos pedagógicos. A valorização

do debate, da participação e do engajamento são considerados princípios basilares para que a escola pública avance em direção a uma gestão mais democrática e qualificada. Também Silva, Alves e Soares (2020, p. 4) afirmam que “a gestão escolar está embasada no ato de coordenar as ações da cultura escolar em harmonia com as diretrizes e políticas públicas da educação, para que o projeto político-pedagógico seja implementado de acordo com os princípios da democracia”. Além disso, os autores destacam o papel do gestor como agente estratégico na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), promovendo ações sustentáveis, e envolvendo a comunidade escolar nos processos de decisão. Destacam a falta de conhecimento sobre a política de educação ambiental e principalmente a ausência de formação docente de forma continuada, como um grande desafio, o que acaba resultando em execução de projetos de forma fragmentada e isolada. Eles mostram que o gestor escolar precisa assumir um papel estratégico e integrador, criando oportunidades para o desenvolvimento de projetos sustentáveis e incentivando a participação ativa da comunidade escolar.

Essa necessidade de planejamento e análise estratégica também é abordada por Araújo e Schwamborn (2014), que utilizam a matriz SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) para identificar as variáveis que impactam a implementação da educação ambiental nas escolas públicas do Recife. Segundo Araújo e Schwamborn (2014), o apoio da gestão escolar é um dos principais pontos fortes no contexto educacional, pois está diretamente ligado a várias oportunidades, em que a gestão desempenha funções estratégicas como mobilizar, coordenar, planejar, administrar e incentivar os processos educativos na escola. O estudo destaca que a gestão escolar é o ponto de maior potencial para o sucesso das ações ambientais, pois mobiliza, planeja e coordena os processos educativos.

Além disso, Araújo e Schwamborn (2014) afirmam que a gestão escolar precisa ser realmente democrática e participativa, com um plano construído de forma coletiva e apoiado por toda a comunidade escolar. Contudo, também identificaram problemas significativos, como o baixo engajamento coletivo, a frágil integração da EA ao PPP e o desinteresse da comunidade escolar, o que aponta para a necessidade de uma liderança mais democrática, formativa e colaborativa.

Os estudos analisados mostram uma preocupação comum em relação a importância de uma gestão escolar municipal no Brasil que seja participativa, planejada de forma estratégica e voltada para a formação contínua dos professores, reforçam que a educação ambiental deve

estar integrada aos projetos escolares de maneira crítica, sempre orientada por princípios democráticos e participativos. Assim, a gestão escolar municipal se revela como um espaço privilegiado de transformação social, desde que esteja orientada por princípios democráticos, éticos e coletivos.

2.2.1 GESTÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS FRENTE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Nos últimos anos, a Educação Ambiental tem ganhado cada vez mais espaço nas políticas públicas de educação, principalmente após a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que recomendam sua transversalidade no currículo escolar. No entanto, conforme aponta Sousa (2022), as escolas municipais ainda enfrentam desafios para incluir a Educação Ambiental ao currículo, especialmente no que diz respeito à sua abordagem interdisciplinar e transversal. A prática pedagógica muitas vezes não acompanha as orientações teóricas, ficando fragmentada e descontextualizada. Essa abordagem limitada prejudica o papel da escola como espaço para a formação de uma consciência ecológica. A Educação Ambiental, nesse contexto, ainda é tratada de maneira desarticulada e pouco eficiente. A Educação Ambiental só consegue ser incorporada de forma efetiva se estiver articulada a uma gestão que promova ambiente escolar democráticos e participativo (Souza, 2017).

Ao focar essa pesquisa nas escolas municipais públicas, vale ressaltar que a gestão das escolas municipais do Brasil desempenha um papel estratégico que vai muito além das questões pedagógicas, da administração de recursos e das rotinas burocráticas. Ela é essencial para garantir uma educação pública de qualidade. Esse processo é visto como um espaço de articulação pedagógica, política e social, no qual se busca criar um ambiente democrático e participativo, que assegure o direito à educação de qualidade. Portanto, o gestor escolar precisa não apenas de habilidades técnicas, mas também de sensibilidade política e um compromisso com a construção coletiva da proposta pedagógica da escola (Feitosa e Oliveira, 2019).

Outro ponto importante é a falta de formação continuada para os professores, que é vista como um dos principais obstáculos à efetividade da Educação Ambiental. Segundo Souza (2017), observa que muitos professores se sentem pouco preparados para trabalhar o tema de forma crítica, o que acaba limitando uma abordagem crítica da Educação Ambiental

em suas práticas pedagógicas dentro da sala de aula. A falta de formação de educadores ambientais também compromete a integração da Educação Ambiental com a realidade local e preparados para práticas interdisciplinares torna-se uma prioridade urgente.

Segundo Souza (2017), o diretor escolar não deve se limitar às tarefas administrativas. É importante que ele tenha uma visão ampla e integrada da escola, atuando também nos aspectos pedagógicos, financeiros e culturais da instituição. Nesse contexto, o papel do gestor escolar vai além de lidar com a burocracia, inclui também a coordenação e orientação pedagógica voltadas para o desenvolvimento completo do estudante. Essa abordagem é essencial para entender como a educação ambiental pode ser incorporada ao dia a dia das escolas.

O programa “Vamos Cuidar do Brasil” (PVCB),¹ analisado por Sousa (2022), foi uma importante iniciativa do governo federal para incentivar a inclusão da Educação Ambiental nas escolas públicas. Ele promoveu conferências, projetos pedagógicos e ações com os Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ), fortalecendo o protagonismo dos jovens ao colocar os estudantes no centro das decisões e ações ambientais. Apesar da sua relevância, o programa não se consolidou como política de Estado, dependendo da vontade dos gestores locais, o que torna sua continuidade mais frágil. Sousa (2022, p. 90) destaca que “a falta de continuidade e apoio institucional comprometeu a efetividade das ações em algumas escolas”. Essa descontinuidade revela a vulnerabilidade das políticas ambientais no Brasil, que muitas vezes carecem de estabilidade e de um compromisso contínuo. Por isso, é fundamental transformar ações pontuais em políticas de Estado, garantindo sua permanência e expansão dentro do ambiente escolar.

A transversalidade da EA deve estar presente em todas as áreas do conhecimento e ser refletida no projeto político-pedagógico (PPP) da escola, pois a integração entre a educação ambiental é apontada como estratégia essencial. A gestão escolar, portanto, deve assumir a responsabilidade de articular ações que envolvam todos os setores da escola como formação docente contínua e participação ativa da comunidade escolar, promovendo uma cultura institucional voltada à sustentabilidade e à formação de cidadãos conscientes e engajados (Souza, 2017).

¹ O programa “Vamos Cuidar do Brasil” (PVCB), foi criado no ano de 2003 pelo Ministério do Meio Ambiente e da Educação, na qual foi desenvolvido para fortalecer a Política Nacional de Educação Ambiental, em que buscava através da capacitação de professores, da produção de materiais educativos e do apoio a conferências voltadas para crianças e jovens. O seu objetivo era incentivar a participação de estudantes e comunidades escolares em ações relacionadas à sustentabilidade.

A efetivação dessa integração, no entanto, ainda enfrenta obstáculos. Conforme Sousa (2022), destaca que os principais obstáculos para inserir a Educação Ambiental nas escolas incluem a falta de interesse dos professores em abordar o tema nas disciplinas, a ausência de formação continuada, o desinteresse dos alunos e a pouca iniciativa da gestão escolar para integrar essa temática ao Projeto Político-Pedagógico. Isso reforça que a superação dos desafios da Educação Ambiental nas escolas municipais depende de uma atuação conjunta entre políticas públicas, formação docente e gestão escolar comprometida com a transformação social.

Dessa forma, compreende-se que a gestão das escolas municipais frente à educação ambiental no Brasil deve ser pensada como um processo integrador, democrático e pedagógico. A efetividade da EA está condicionada à articulação entre currículo, comunidade escolar e políticas institucionais que promovam a formação crítica, a cidadania e a sustentabilidade. A educação ambiental nas escolas públicas municipais, apesar de sua consolidação legal por meio de marcos como a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9.795/99, ainda enfrenta diversos desafios para sua efetiva implementação. A literatura mostra que a gestão escolar desempenha papel estratégico nesse processo, pois é ela quem articula o projeto pedagógico, mobiliza a comunidade escolar e integra os princípios da educação ambiental de forma transversal e interdisciplinar. No entanto, fatores como a falta de formação continuada dos docentes, práticas pedagógicas fragmentadas e baixa integração com a comunidade escolar comprometem essa efetividade.

O estudo de Gomes e Ferreira (2024) complementa esse panorama ao evidenciar, por meio de uma análise da realidade em uma escola no município de Mamanguape (PB), que a ausência de políticas ambientais locais estruturadas sobre Educação Ambiental compromete a continuidade e a eficácia das ações pedagógicas. Apesar da existência de práticas esporádicas e iniciativas isoladas, como oficinas de reutilização de materiais ou visitas ao horto florestal, falta um planejamento institucional e sistemático que sustente essas ações ao longo do tempo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, de natureza descritiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013), uma abordagem qualitativa é considerada a existência de uma relação mais dinâmica entre o sujeito e a realidade, em que considera um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, sendo uma parte essencial durante o

processo de pesquisa, em que os dados não podem ser traduzidos em números. Deste modo, os autores destacam que a pesquisa descritiva busca observar, registrar, analisar e interpretar os dados da forma que foi coletada durante a entrevista, sem que haja manipulação do pesquisador sobre os fenômenos observados, permitindo assim uma compreensão dos fatos conforme ocorrem naturalmente.

O estudo foi realizado em três instituições de ensino do município de Mamanguape, Paraíba. A escolha dessas escolas permitiu analisar de que forma a educação ambiental é abordada em diferentes realidades dentro de um mesmo município, na qual duas se encontram no meio urbano, e outra no meio rural. Utilizou-se o estudo de múltiplos casos, que permite comparar diferentes realidades dentro de um mesmo fenômeno de maneira mais aprofundada sobre um assunto específico. Esse tipo de pesquisa é especialmente adequado para observar e compreender melhor o contexto investigado, pois permite uma análise ampla e detalhada do assunto. Assim, é possível compreender o tema de forma mais completa, identificando especificidades e padrões que enriquecem a compreensão sobre o assunto (Gil, 1991).

Os participantes da pesquisa foram os gestores dessas três instituições. A escolha dos participantes se deu pelo fato de desempenharem papel central na gestão pedagógica e administrativa das escolas, sendo, portanto, os principais responsáveis pelas decisões relacionadas à implementação da educação ambiental dentro do ambiente escolar.

A seleção dos participantes foi feita com base em contatos prévios realizados com as escolas. O convite foi realizado por meio de contato formal com os gestores escolares, e as entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade de cada participante, sendo realizadas de forma individual e presencial.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários aplicados presencialmente, previamente marcadas, com cada gestor escolar, no período de 30 de julho de 2025 a 06 de agosto de 2025. Cada participante assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e para garantir o anonimato das escolas e dos participantes, os resultados serão apresentados por meio de código, identificados como E1, E2 e E3.

O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado, composto por perguntas abertas e de múltipla escolha. A escolha desse instrumento se deve à sua flexibilidade, permitindo que os entrevistados expressem livremente suas experiências e percepções, favorecendo uma compreensão mais ampla e aprofundada dos dados, em que os entrevistados conseguem ter plena liberdade em darem as suas respostas sem se ater apenas ao

roteiro proposto, na qual compartilhar as suas opiniões ou inclui respostas que acham essencial para o desenvolvimento da pesquisa enriquecendo ainda mais o trabalho (Botelho e Cruz, 2013).

Na presente pesquisa, foi utilizada a análise SWOT para avaliar as escolas. Dessa forma, as forças e fraquezas representam recursos e capacidades internas, enquanto as oportunidades e ameaças dizem respeito a fatores externos que podem ajudar ou dificultar as ações relacionadas ao meio ambiente (Souto-Maior, 1994).

A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo, com os dados organizados manualmente, sem o uso de softwares específicos, em quadros de síntese.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa pesquisa teve por objetivo analisar, a partir da ótica da gestão escolar, os principais desafios e potencialidades para a implementação efetiva da educação ambiental em três escolas municipais da cidade de Mamanguape-PB, sendo uma situada na zona rural e as outras duas situadas na zona urbana. A seguir, apresentamos o perfil das pessoas entrevistadas, sem revelar suas identidades.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado/Escola	Ano de ingresso	Cargo	Tempo de gestão
E1	2017	Gestão	8 anos
E2	2025	Gestão	2 meses
E3	2019	Gestão	5 anos

Fonte: dados da pesquisa, 2025

Observa-se que em relação ao tempo de atuação na gestão escolar dois entrevistados estão a mais de 5 anos, o que representa um tempo interessante para desenvolver um trabalho na gestão. Um deles ingressou no cargo a apenas dois meses, logo percebe-se que ainda está em processo de adaptação, conhecendo melhor a realidade da escola em relação ao tema e como implementar dentro do ambiente escolar.

Dessa forma, é possível notar que o tempo de experiência na gestão escolar traz diferentes percepções sobre os desafios e avanços, o que enriquece a análise, isso porque combina a visão mais consolidada de quem já atua na função há mais tempo com o olhar mais recente de quem está começando agora na gestão.

4.1 TRAJETÓRIA DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao buscar conhecer as percepções dos entrevistados sobre educação ambiental verificou-se que, apesar de haver entendimento sobre a sua importância, as práticas ainda estão muito relacionadas às datas comemorativas ou ações isoladas. Ao procurar identificar se a escola já desenvolveu algum projeto ou atividade relacionada à educação ambiental verificamos que apenas um gestor apresentou uma proposta mais estruturada informando que ao invés de abordar a temática em apenas uma disciplina seria importante que se trabalhasse em conjunto entre todas as disciplinas.

Dentro do nosso projeto político pedagógico PPP, a gente elaborou junto com os professores a ideia de trabalhar temas a interdisciplinaridade, ou seja, que não somente uma disciplina específica trabalhasse para a educação ambiental, mas que fosse um conjunto entre todas as disciplinas. Para este ano, a gente optou em fazer um projeto voltado à educação ambiental, mas que abranja não somente disciplinas como geografia, que geralmente fica com geografia, ciências, mas que também trabalhe em português, matemática, história, artes. Então, qual foi o nosso projeto? Que a gente trabalhasse a interdisciplinaridade. Por exemplo, a gente vai dar um tema geral, por exemplo, sustentabilidade, e cada professor em sua disciplina irá abordar esse tema voltado a ir ao projeto a ser elaborado. No que tange educação ambiental, o professor de geografia ficou mais responsável, inclusive na culminância do projeto, que foi no mês de junho. Então, no mês de junho, ele preparou uma primeira culminância voltada a elaborar maquetes. Nessas maquetes, era mais voltada a conscientização sobre a ação do homem sobre a natureza, ou seja, as ações que a gente faz como, por exemplo, poluição, reciclagem. Então, todas essas ações foram voltadas à confecção de... de banners, de cartazes, de maquetes, para que os alunos comecem a gerar as primeiras discussões voltadas ao tema. Essa primeira discussão vai gerar uma culminância final. E nessa culminância final, a gente vai ter a participação da CAGEPA, porque a CAGEPA desenvolve um projeto junto à escola voltado à compostagem. Se eu não me engano, o nome é compostagem mesmo, que é voltado à reciclagem e também a uso de materiais que podem ser reutilizados (E3)

Esse tipo de visão está em consonância com as ideias de Arnaldo e Santana (2018), que abordam a importância da educação ambiental ser tratada de forma transversal, e com Furtado (2009), que critica as limitações em relação a temática que são geralmente restritas a ações pontuais como reciclagem e coleta seletiva.

Um ponto positivo na fala do E3 foi a ideia de trabalhar os temas de maneira interdisciplinar como também a elaboração de projetos divididos por séries para no final realizarem uma culminância e mostrar todas ações e atividades que foram desenvolvidas durante o projeto, o que incentiva os alunos terem interesses pelo assunto.

No que diz respeito à trajetória da escola na educação ambiental, os gestores citaram

alguns pontos importantes como: o E1 destacou a valorização das datas comemorativas, E2 abordou a necessidade de maior incentivo e o E3 a adoção de projetos interdisciplinares articuladas ao PPP com o apoio da Cagepa.

Com isso, foi possível notar que nem todas as escolas possuem um histórico de projetos ambientais de forma contínua, o que acaba ocorrendo apenas em datas específicas. Desta forma, o entrevistado E3 citou uma parceria com instituições externas, como a Cagepa, que se configura como um diferencial para ampliar as iniciativas. Foi relatado os projetos e atividades que foram desenvolvidas com a instituição da Cagepa juntamente com a gestão da escola:

As discussões voltadas à educação ambiental surgiram em 2022, de maneira mais forte aqui na escola, quando a Cagepa veio com a iniciativa de desenvolver oficinas aqui na escola com os alunos e os pais. Então, como é esse projeto da Cagepa? A Cagepa veio para dar oficinas aos alunos e nessas oficinas são voltadas à compostagem de materiais. Então, eles trazem discussões como reciclagem, mas também voltados à preservação de rios, e riachos, à preservação também dos nossos espaços de água. E o bacana foi que a Cagepa veio com a proposta de não somente ser com alunos, mas sim com os pais também. Então eles fizeram oficinas de sabão, como produzir sabão. E aí traz aquelas questões também de reciclar, não somente materiais de plástico, mas também o óleo de cozinha. Então, todas essas ações surgiram de maneira mais forte na escola, graças a uma instituição externa, que foi a Cagepa, junto com uma parceria aqui da escola. (E3)

Essa perspectiva de realizar parcerias com instituições locais se alinha com as ideias de Souza (2017) que defende que a gestão escolar deve articular ações que envolvam tanto a comunidade interna, como professores, estudantes e funcionários como também a externa para assim ampliar o alcance das práticas educativas.

Duas escolas relataram projetos ou atividades que são desenvolvidos, de forma contínua ou apenas em datas específicas. Desta forma, os gestores destacaram os projetos ou atividades que foram desenvolvidos sobre a temática:

Sim, em datas comemorativas sempre é feita uma conscientização relacionada ao meio ambiente, como o dia da água, o dia da árvore. (E1)

Se desenvolveu, eu não conheço. Eu desconheço. Até porque aqui eu estou há pouco tempo. Dentro do município de Mamanguape tem outras escolas. As que mais trabalham a educação ambiental são as escolas do campo. As escolas de campo, que são as que têm localidade perto do sítio, elas têm muitas ações voltadas para o campo, de plantio, essas coisas. mas as mais do centro, geralmente são voltadas para leitura, aprendizado, de outra forma, bullying, outras coisas, mas a educação ambiental, não vejo muita pauta sobre isso aqui nas escolas centrais, não. (E2)

O E1 relatou que essas atividades são feitas apenas em datas comemorativas para fazer a conscientização sobre a importância do meio ambiente, enquanto o E2 não tinha conhecimento se a escola já havia desenvolvido esse tipo de ação. Esse desconhecimento pode estar relacionado ao pouco tempo do entrevistado na gestão da escola.

No que diz respeito à formação sobre a temática da educação ambiental, apenas o E3 participou, juntamente com a escola, de uma formação promovida pela instituição da Cagepa, o que auxiliou de maneira positiva a implementação de ações com toda a comunidade escolar tanto interna quanto externa.

Pode parecer redundante, mas a gente participou sim, mas com a Cagepa. Por isso que eu fiz essa parceria da Cagepa com a escola, porque eles proporcionam não somente formação para a equipe gestora, mas também para os professores, para os alunos e também para os pais dos alunos. Então, eles fizeram primeiro oficinas conosco, inicialmente comigo, depois com os professores, depois com os alunos e, por fim, com os pais, para que tenha esse vínculo com a comunidade escolar, de maneira geral. Não somente a equipe dentro da escola, mas também a equipe fora da escola. (E3)

Desta forma, observa-se que apenas o entrevistado E3 participou de uma formação específica sobre a temática, promovida pela CAGEPA, evidenciando a importância de capacitações em educação ambiental para fortalecer a implementação de ações e práticas sustentáveis no ambiente escolar.

Em relação à existência de instrumentos de planejamento para as ações ambientais, o E2 informou que esses instrumentos são utilizados apenas para acompanhar as ações em geral, e não especificamente as questões ambientais:

A gente tem instrumentos de planejamento e avaliação para monitorar ações no geral, mas ambientais, voltadas para as ações ambientais, não. No geral, do aprendizado, de escola, a gente sempre está em sala de aula, têm observação, tem um instrumento de observação de aula de professor, como é que o professor está fazendo aula, a gente tem avaliações periódicas, tem avaliação interna, simulado, as avaliações de professores e avaliações externas que a gente está o tempo todo acompanhando, traçando meta e verificando e acompanhando, é periódico. Diário, é diário o nosso acompanhamento, é bem pesado, mas em cima do aprendizado geral, voltado pontualmente para a ação ambiental, a gente não tem. (E2)

Esse resultado se alinha com Sousa (2022), que afirma que a ausência de planejamento se torna um dos principais obstáculos para se consolidar a educação ambiental nas escolas municipais, o que acaba tornando-se dependente de ações isoladas.

A falta de instrumentos adequados de planejamento prejudica o monitoramento de projetos e ações ambientais durante a sua execução. O E1 afirma que possui alguns instrumentos de planejamento, mas são utilizados apenas para ações relacionadas a datas comemorativas, ficando restrito a esses momentos. Por fim, o entrevistado E3 diz que não possui instrumentos de planejamento atualmente, embora tenha tido algum no início do projeto no ano de 2022, mas como a pessoa responsável por esses instrumentos saiu da escola, esses instrumentos se perderam.

Ao buscar identificar a percepção dos gestores sobre a trajetória da escola na implementação da educação ambiental, os gestores E1 e E2 informaram que, ao longo do tempo, a escola tem tentado abordar essa temática, mas ainda falta incentivo e conscientização por parte da Secretaria Municipal de Educação, bem como um olhar mais atento para trabalhar o assunto de forma mais aprofundada. Isso acaba desmotivando a equipe escolar, por não receberem apoio suficiente dos órgãos responsáveis, nem materiais que possam ajudar a promover ações e práticas durante todo o ano letivo e não apenas em datas comemorativas. Por outro lado, o E3 acredita que o trabalho da escola na temática é positivo, especialmente porque eles têm uma parceria com a Cagepa, o que ajuda bastante no desenvolvimento de ações para toda a comunidade escolar.

Portanto, ao analisar a percepção dos gestores sobre a trajetória das escolas na educação ambiental, verifica-se a existência de pontos fortes como a motivação das equipes escolares e espaços físicos como hortas. Ao mesmo tempo, também existem pontos fracos como a falta de planejamento contínuo, limitação na formação docente e pouco apoio dos órgãos públicos. A seguir, aprofundaremos melhor a compreensão dos pontos fortes e fracos das escolas para a implementação efetiva da educação ambiental.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DE FORÇAS E FRAQUEZAS

Neste sentido, é importante ressaltar que o presente trabalho compreende como forças os recursos e capacidades internas que ajudam a atingir a missão e aproveitar oportunidades. Por outro lado, as fraquezas são as limitações internas que dificultam alcançar essa missão, reduzem a competitividade e aumentam o impacto de ameaças externas (Souto-Maior, 1994).

O quadro apresentado a seguir mostra uma síntese das forças e fraquezas identificadas nas escolas pesquisadas. Importa ressaltar que quando a escola responde “sim” ela sinaliza uma força, e quando responde “não”, sinaliza uma fraqueza.

Quadro 2 - Análise das forças e fraquezas

QUESTÃO	E1	E2	E3
1. Você acha que sua equipe tem capacidade para implementar a educação ambiental?	Sim	Sim	Sim
2. A escola possui espaços como hortas, jardins ou áreas verdes que possam ser usados em práticas ambientais?	Sim	Não	Sim
3. A escola possui recursos didáticos e tecnológicos (TV, internet, computadores) para apoiar projetos ambientais?	Sim	Sim	Sim
4. Você avalia de forma positiva a formação dos professores da sua escola para trabalhar com educação ambiental?	Sim	Sim	Sim
5. Há colaboração entre os membros da equipe quando se trata de ações ambientais?	Sim	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa, 2025

A análise do quadro 2 permite verificar que todos os gestores reconhecem que suas equipes têm capacidade para implementar a educação ambiental. Isso é um ponto bastante forte para as escolas, pois fica evidente que os gestores confiam na competência técnica dos profissionais. Eles apontam que os professores possuem conhecimentos e habilidades necessárias para desenvolver ações relacionadas ao tema.

Sobre a questão da existência de espaços para a prática da educação ambiental, percebe-se que as escolas têm diferentes tipos de espaços disponíveis, e, ao observar, nota-se que apenas duas delas possuem áreas como hortas e espaços verdes dentro do ambiente escolar, o que é um ponto positivo. A existência de espaços apropriados na escola para estimular o interesse dos estudantes por práticas ambientais, é apontada por Souza (2017) como um elemento com impacto positivo na formação de cidadãos mais conscientes.

Todos os entrevistados afirmaram que contam com recursos didáticos e tecnológicos para apoiar projetos ambientais. O E3 também destacou que, além desses recursos, foi realizada uma ação para adquirir materiais para a horta, como carro de mão, mangueiras e outros itens. Além disso, eles elogiaram a formação dos professores para trabalhar a educação ambiental, embora tenham mencionado que essa formação não está diretamente relacionada à temática. Os gestores afirmaram que toda a equipe colabora com as ações, embora nem sempre 100%, há um esforço conjunto.

Quando questionados sobre se desejavam apontar mais algum ponto forte ou fraco da escola para implementar de forma efetiva a educação ambiental, o entrevistado E2 apontou como um ponto fraco a falta de uma estrutura adequada para criar área verde e hortas, o que impediria os alunos de terem um contato direto com as ações ambientais dentro da escola.

A questão é que a estrutura da escola influencia muito para as ações que acontecem dentro dela. Talvez se a gente tivesse uma escola que tivesse um pouco mais de espaço, a gente tem uma escola pequena, onde já foi feita uma reforma, [...] mas é uma estrutura que aperta as crianças que quase não têm onde brincar. Então, não tem como ter uma área verde. [...] O único canto que a gente tem é a sala de aula. A escola não tem quadra, só tem um patiozinho bem pequenininho, então é bem complicado. Aqui, para trabalhar o meio ambiente, vai ser muito para continuar na sala de aula, a não ser que eles sejam levados para uma área verde, como a Bica do Sertãozinho ou o Horto Florestal. [...] É no dia a dia que eles vão pegar. [...] Pronto, tem escolas que às vezes a gente vê que as crianças conseguem aquele saquinho, tem um canto aberto, de área verde para plantar coentro, fazer a hortinha da escola. Aqui não tem esse espaço. (E2)

Por outro lado, o E3 destacou como ponto forte a parceria que foi feita com toda a comunidade escolar, especialmente com os pais que contribuíram de forma voluntária cuidado da área verde e da horta da escola, ajudando no cuidado com a terra e até acompanhar o destino que teria as hortaliças e plantas que eram cultivadas. Como ponto fraco foi relatado a demanda de ficar apenas um profissional responsável por essas tarefas, pois na maioria das vezes esses profissionais ficam sobrecarregados por outras atividades por trabalharem em outras escolas, o que ele relata que se estivesse um profissional na educação voltado apenas para esta temática essas ações não seriam apenas uma reflexão mas sim ações contínuas dentro da escola.

O ponto forte, quando a gente voltou, por exemplo, à horta escolar, foi que eu vi a parceria com a comunidade escolar. Alguns pais, de maneira voluntária, vieram também para poder contribuir, não somente no cuidado com a terra, no cuidado com as hortaliças, mas também acompanhar para onde vai, por exemplo, as plantas que foram aqui cultivadas. E de maneira negativa, às vezes, ter um profissional responsável só para isso. Porque às vezes na nossa demanda de trabalhar em outras escolas, muitas das vezes a gente deixa de desejar em relação ao desenvolvimento de alguns projetos. Então, não ter um profissional na educação voltado para a educação ambiental é um ponto negativo. Porque se tivesse, seria não só um momento de reflexão, mas seria ações contínuas que seriam elaboradas na escola. E deixar isso somente para o professor, às vezes, sobrecarrega demais. Por isso que a gente tenta trabalhar a interdisciplinaridade. Para que não fique focado somente em um, porque a gente sabe que esse também tem outras funções. Não somente nessa escola, mas em outras escolas também. (E3)

Além disso, embora haja recursos didáticos e tecnológicos, a formação docente ainda não é diretamente voltada à temática ambiental.

Desta forma, observa-se que ao analisar os pontos fortes e fracos percebe-se que há mais aspectos positivos dentro do ambiente escolar. Isso representa que existem boas práticas e um ambiente institucional favorável e participativo que incentivam o desenvolvimento da educação ambiental.

Passamos agora a discutir as oportunidades e ameaças para a implementação da educação ambiental nas escolas pesquisadas.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

É importante dizer que este trabalho compreende como oportunidades os fatores externos que podem ajudar a escola crescer de maneira positiva. Já as ameaças representam condições externas negativas que podem dificultar o desempenho e a continuidade das práticas ambientais (Souto-Maior, 1994).

O quadro 3 apresentado a seguir mostra uma síntese das oportunidades e ameaças identificadas em relação às escolas pesquisadas. Importa ressaltar que quando a escola responde “sim” ela sinaliza uma oportunidade, e quando responde “não”, sinaliza uma ameaça.

Quadro 3 - Análise das oportunidades e ameaças

QUESTÃO	E1	E2	E3
1. Você acha que as políticas da secretaria municipal de educação contribuem para a implementação da educação ambiental na escola?	Não	Sim	Sim
2. Você percebe algum interesse e engajamento da comunidade escolar (pais, alunos, professores) em ações de educação ambiental?	Sim	Não	Sim
3. A gestão escolar recebe orientações ou materiais da secretaria municipal sobre educação ambiental?	Não	Não	Sim
4. Existem parcerias com instituições locais (ONGs, universidades, secretarias) que poderiam colaborar com a escola nesse tema?	Sim	Não	Sim
5. A Secretaria Municipal de Educação oferece algum apoio técnico ou financeiro para impulsionar as ações de educação ambiental?	Não	Não	Não
6. Você acredita que as políticas públicas consideram as realidades e necessidades das escolas da região?	Não	Não	Sim
7. Existem programas ou projetos da prefeitura voltados para esse tema?	Não	Não	Sim

Fonte: dados da pesquisa, 2025

No que diz respeito às políticas da secretaria municipal de educação contribuírem para a implementação da educação ambiental na escola os gestores têm diferentes percepções. Enquanto dois entrevistados (E2 e E3), avaliam de forma positiva, compreendendo como uma oportunidade realizar parcerias com secretarias e instituições externas como Cagepa e Secretaria de Meio Ambiente, o gestor E1 aponta como ameaça, por considerá-la restrita a datas comemorativas e sem suporte contínuo, pois como é apontado a Secretaria Municipal de Educação atua apenas em datas comemorativas, sem oferecer um suporte. Desta forma, o entrevistado E2 relata que a Secretaria de Educação sempre está incentivando a escola para

elaborar projetos inovadores voltados para ações de Educação Ambiental e o E3 destaca que a Secretaria de Educação realiza diversas parcerias com outras secretarias para trabalharem em conjunto sobre a temática, porém é limitando apenas a datas específicas.

Ela fomenta que a escola traga projetos inovadores voltados para ações, que seja no campo, que seja na sala de aula, para o que mais a escola vê que necessita. Quando a escola é do campo e as crianças moram lá no campo, a escola faz projetos e tem até prêmio do município e tal para Tem outros prêmios de escola por excelência, tem mostras de gestão, que é onde tem mais projetos voltados para o meio ambiente. Dentro do município é quando tem a ação da gestão escolar. É quando envolve mais a gestão, diretor, coordenador. E aí eles fazem ações, essas ações são apresentadas nesse evento e o município está sempre incentivando para que a gente faça essas ações. (E2)

Portanto, verifica-se uma percepção divergente entre os gestores. Enquanto E1 não identifica apoio da secretaria, o E2 reconhece incentivo a projetos inovadores, e o E3 destaca parcerias, porém limitadas a ações em datas comemorativas.

No que diz respeito ao interesse e engajamento da comunidade escolar (pais, alunos, professores) em ações de educação ambiental foi possível verificar que a participação ainda é bastante limitada e, muitas vezes, depende de interesses imediatos. Na escola 3, por exemplo, foram elaboradas oficinas de produção de sabão e reciclagem, no entanto este engajamento atraiu os pais não muito pela preservação do meio ambiente mais como uma alternativa de gerar um retorno financeiro.

Em relação às políticas públicas considerarem as realidades e necessidades das escolas da região é possível identificar ameaças. Os gestores, por exemplo, destacam que a prefeitura não oferece nenhum tipo de apoio, orientação ou materiais relacionados à educação ambiental, o que representa um desafio para a consolidação de práticas permanentes. Além disso, essa falta de suporte faz com que as ações ocorram apenas em datas comemorativas, resultando em descontinuidade e pouca efetividade na conscientização dos alunos.

Por fim, em relação à existência de programas ou projetos da prefeitura voltados para esse tema, verificou-se que os entrevistados E1 e E2 afirmam que não há nenhuma iniciativa do município voltado a Educação Ambiental o que se torna uma ameaça, pois dificulta o desenvolvimento de ações consistentes nas escolas, deixando-as dependentes de esforços próprios ou de parcerias externas para trabalhar a temática.

Não. Mas no calendário letivo, ele traz essas datas para se trabalhar e se trabalhar a educação ambiental. Mas fomentar para a gente, ah, isso aqui tem que ser feito, isso

aqui não é. Principalmente a educação na primeira fase, que é onde a gente está, tem a educação infantil, Fundamental 1 e Fundamental 2. Eu era do Fundamental 2, passei para o Fundamental 1. E aqui no Fundamental 1, o projeto do Estudar para Vencer é mais o foco da educação. Desenvolver a política do projeto. (E2)

Por outro lado, o entrevistado E3 comentou que existem projetos, porém são realizados apenas em datas específicas, o que acaba prejudicando a continuidade das ações sobre a importância da preservação ambiental.

Desta forma, foi possível notar nas escolas entrevistadas que foi identificado que há mais ameaças do que oportunidades. Essa situação revela uma certa fragilidade na implementação de ações ambientais, muitas vezes devido à falta de apoio das políticas públicas, o que mostra a importância de a Secretaria Municipal de Educação desenvolver estratégias e manter ações contínuas para fortalecer a implementação da educação ambiental nas escolas.

4.4 ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Passando a investigar a existência de estratégias para a implementação da educação ambiental nas escolas estudadas, foi possível verificar que os gestores reconhecem a necessidade de adotar estratégias mais contínuas e participativas para fortalecer a Educação Ambiental nas escolas municipais.

Entre os pontos ressaltados está a importância de incluir a temática ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), de modo que não se limite a atividades isoladas ou ligadas apenas a datas comemorativas, mas que se constitua em um eixo contínuo e transversal ao currículo escolar. Essa abordagem dialoga com Arnaldo e Santana (2018), que defendem a transversalidade da Educação Ambiental no currículo, e com Oliveira e Neiman (2020), que ressaltam a importância de a temática ser abordada em todas as disciplinas, estimulando reflexão aos alunos para que assim desenvolva prática cidadã.

Desta forma os gestores apontam diversas estratégias que podem fortalecer a educação ambiental como ter um PPP mais estruturado e construído com a participação dos professores, alunos e a comunidade, pois o trabalho em conjunto garante a efetividade das ações, logo irá envolver todo um planejamento e comprometimento coletivo e a comunidade escolar no geral.

Passando a investigar a percepção dos gestores sobre a possibilidade de implementar ações práticas com poucos recursos, o quadro a seguir traz uma síntese das ideias apresentadas.

Quadro 4 - Ações Práticas com poucos recursos

Escola	Quais ações práticas poderiam ser colocadas em funcionamento com poucos recursos?
E1	Fora a horta. Tipo o reflorestamento, que nós já fizemos. Isso no ano de 2018. Nós tivemos um projeto que era salvar a nascente do rio Pau d'Arco. A gente conseguiu mudas de plantas e os alunos foram quem plantaram. Fizeram um reflorestamento, para proteger a nascente. Então, quando chegam as datas comemorativas, as professoras pedem garrafas PET para fazer as lembrancinhas. Inclusive, na nossa horta, ela é toda feita com garrafas PET ao redor dela
E2	O descarte correto do lixo, dentro da sala de aula, fazendo esta conscientização pegou o papel jogue na lixeira. Preservação da água.
E3	Horta escolar. A horta escolar não precisa de muitos recursos. Oficinas voltadas aos impactos ambientais, como, por exemplo, o uso consciente da água na hora de tomar banho, de escovar os dentes. Então, isso pode ser em sala de aula, não precisa de recursos extraordinários, apenas um data show, uma cópia, a orientação do professor. E, acima de tudo, ter essa parceria com instituições externas, que as instituições externas trazem formadores para dentro da escola.

Fonte: dados da pesquisa, 2025

De acordo com a Lei Municipal nº 1.090/2019, o município de Mamanguape organiza de forma adequada o manejo dos resíduos sólidos. Isso inclui a coleta seletiva, o estímulo à reciclagem e ações para conscientizar a população sobre a importância do cuidado com o meio ambiente (MAMANGUAPE, 2019).

No que diz respeito à possibilidade de trabalhar a educação ambiental de forma interdisciplinar nas disciplinas já existentes foi possível verificar que os gestores concordam que a Educação Ambiental, deve estar em todas as disciplinas, podendo ser abordada em textos de língua portuguesa, em gráficos e tabelas na matemática, nos registros históricos de impactos ambientais e não apenas em disciplinas como geografia e ciências. Na escola E3, por exemplo, observa-se a prática de organizar os conteúdos por séries, abordando temas como tratamento da água, reciclagem e horta escolar, o que garante maior aprofundamento e favorece o engajamento dos estudantes, uma vez que cada turma trabalha durante todo o ano letivo uma ideia geral que seria a Educação Ambiental que é dividido em subtemas específicos. Assim a turma do 6º desenvolve atividades sobre o tratamento de água, em que favorece uma compreensão melhor sobre a temática.

Em relação a ter um plano específico de educação ambiental dentro do planejamento escolar os gestores afirmam a importância dessa ação, onde possa englobar a temática para se fazer a conscientização como também inserir dentro do PPP como é relatado pelos

entrevistados E2 e E3 ações sobre educação ambiental para que possam colocar em práticas essas atividades. Além disso, os gestores reconhecem que as formações continuadas, apoio material e incentivo da gestão são fundamentais para manter a equipe engajada. Mesmo diante de limitações estruturais e orçamentárias, é possível implementar ações consistentes e transformadoras, desde que haja comprometimento da gestão, envolvimento da comunidade e parcerias externas que fortaleçam as iniciativas locais.

Como afirmou um dos entrevistados, a escola deve assumir o papel de “dar o pontapé inicial”, incentivando e criando condições para que a equipe docente desenvolva os projetos.

Os resultados desta pesquisa confirmam parte do que a literatura já tinha apontado: a Educação Ambiental nas escolas municipais é frequentemente trabalhada de forma pontual, em datas comemorativas, e ainda carece de integração efetiva ao PPP e ao currículo (Santos; Alves, 2021; Souza, 2017).

A pesquisa questiona a ideia de que há um desinteresse generalizado das comunidades escolares, pois é importante ressaltar que na escola 2 ocorre a falta de engajamento da comunidade externa sobre a temática. No entanto, nas escolas 1 e 3 fica evidente o engajamento de pais, professores e alunos, especialmente quando as práticas também representam alternativas de retorno financeiro, como destacado pelo entrevistado E3.

Este estudo fortalece a compreensão de que as parcerias externas, quando bem estruturadas, não apenas fortalecem as ações ambientais, mas também ampliam o vínculo da escola com a comunidade. O caso da Cagepa ilustra como as oficinas de compostagem e reciclagem mobilizaram alunos, professores e pais, ao mesmo tempo em que criaram uma ponte entre conscientização ambiental e sustentabilidade econômica.

Assim, os resultados contribuem para preencher uma lacuna importante trazendo mais elementos sobre os desafios e as potencialidades das escolas municipais para a implementação efetiva da educação ambiental, mostrando que a gestão escolar, mesmo em contextos de recursos limitados, pode ser protagonista na articulação entre políticas públicas, comunidade escolar e instituições externas.

Assim, ao analisar os dados, foi criada uma matriz SWOT para resumir os principais aspectos internos e externos que impactam a implementação da educação ambiental nas escolas municipais de Mamanguape-PB. O quadro 5 apresenta as forças e fraquezas (fatores internos) e as oportunidades e ameaças (fatores externos), deixando uma visão mais clara dos elementos que ajudam ou dificultam o fortalecimento das ações ambientais.

Quadro 5 - Matriz SWOT

Forças	Fraquezas
• Capacidade da equipe de professores e gestores. • Existência de espaços em algumas escolas (hortas, jardins) que favorecem práticas ambientais. • Recursos didáticos e tecnológicos disponíveis para apoiar projetos ambientais. • Colaboração entre membros da equipe escolar para desenvolver projetos interdisciplinares. • Parcerias externas bem-sucedidas, como a com a CAGEPA, envolvendo comunidade interna e externa.	• Poucos profissionais para conduzir projetos, gerando sobrecarga. • Formação docente ainda não voltada para a temática ambiental. • Falta de estrutura adequada em algumas escolas para criar área verde. • Ações desenvolvidas apenas em datas comemorativas, de forma isolada. • Ausência de planejamento contínuo para a educação ambiental.
Oportunidades	Ameaças
• Parcerias com instituições locais como por exemplo a CAGEPA. • Interesse e engajamento da comunidade escolar em algumas escolas em ações ambientais. • Interdisciplinaridade da temática em várias disciplinas	• Políticas públicas municipais restritas a ações pontuais e datas comemorativas. • Baixo interesse ou participação de algumas comunidades externas, dificultando projetos permanentes. • Falta de apoio, orientação ou materiais relacionados à Educação Ambiental. • Falta de apoio técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação.

Fonte: dados da pesquisa, 2025

A matriz mostra que, apesar de apresentarem boas condições internas, como equipes engajadas e parcerias com instituições externas, as escolas ainda enfrentam fragilidades, sobretudo na falta de planejamento contínuo e no apoio das políticas públicas. Essa análise evidencia a importância de fortalecer as práticas já existentes, como também as parcerias com instituições externas para assim buscar soluções com o objetivo de diminuir as fraquezas e minimizar as ameaças, fortalecendo a educação ambiental de forma permanente e integrada ao currículo escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar, a partir da percepção da gestão escolar, os principais desafios e potencialidades para a implementação efetiva da Educação Ambiental em três escolas públicas municipais da cidade de Mamanguape-PB.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico, identificar pontos fracos e fortes das escolas investigadas para implementar a educação ambiental foi possível compreender visões convergentes em relação aos espaços dentro do ambiente escolar, em que se nota a motivação das equipes escolares e a existência de espaços físicos como hortas em algumas

escolas, o que favorece as práticas ambientais. Como também foi possível identificar pontos fracos que se relacionam com a falta de recursos estruturais adequada para ações ambientais, a falta de um planejamento contínuo que se atém muito a datas específicas e também a ausência de instrumentos específicos para monitoramento destas ações.

Em relação ao segundo objetivo, identificar as oportunidades e ameaças das escolas investigadas para implementar a educação ambiental verificou-se visões divergentes sobre o apoio das políticas públicas, na qual alguns gestores destacam que tem parcerias com secretarias, porém outros apontam que são apenas em datas específicas. Além disso, é possível destacar algumas oportunidades que a gestão julga essencial para a implementação de ações ambientais dentro do ambiente escolar, como o engajamento da comunidade, as parcerias com instituições externas, como mencionado pelos gestores, a exemplo da Cagepa.

Também foram evidenciadas algumas ameaças como a ausência de políticas públicas contínuas, a limitação que ocorre em relação ao apoio da Secretaria Municipal de Educação e a descontinuidade das ações, na qual geralmente são restritas apenas a datas comemorativas, o que compromete a efetividade da Educação Ambiental.

No que diz respeito ao terceiro objetivo, indicar estratégias de gestão para a implementação da educação ambiental nas escolas investigadas, foi evidenciado a necessidade de adotar estratégias que consolidam a Educação Ambiental como eixo transversal no currículo e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) para que assim tenha uma abordagem interdisciplinar dentro do ambiente escolar para que os alunos possam ter outras visões sobre a temática. Também foi destacada a importância de parcerias com órgãos públicos e instituições privadas, assim como o fortalecimento da gestão democrática para mobilizar a comunidade escolar e otimizar os recursos disponíveis. Além disso, os entrevistados citaram ações que podem ser colocadas em execução com poucos recursos, como por exemplo a horta, o reflorestamento e o descarte correto do lixo, dentro da sala de aula, desta forma é possível notar que ambos os entrevistados tentam sempre implementar ações dentro do contexto escolar mesmo sem apoio das políticas públicas.

Do ponto de vista teórico esta pesquisa contribui ao evidenciar, que a implementação da Educação Ambiental nas escolas municipais depende de fatores positivos, como a motivação das equipes e a existência de hortas escolares, como também enfrenta dificuldades, como a falta de planejamento contínuo. Além disso, revelou oportunidades, como o engajamento da comunidade e as parcerias externas que convivem com ameaças, como a falta

de políticas públicas bem estruturadas e ao apoio limitado da Secretaria de Educação. Por fim, destacou-se a importância de estratégias que integrem a temática ao Projeto Político Pedagógico (PPP), de forma interdisciplinar, além de valorizar as formações e parcerias. deste modo, o estudo também enriquece a literatura ao destacar a importância de estabelecer parcerias com instituições externas e de contar com políticas públicas mais sólidas. Essas ações são essenciais para garantir a continuidade e o apoio estrutural para impulsionar as iniciativas ambientais, promovendo práticas sustentáveis que envolvam tanto a escola quanto a comunidade.

Algumas das limitações do presente estudo, dizem respeito a metodologia adotada que permitiu compreender as percepções e experiências dos gestores de três escolas municipais, mais isso significa que o estudo alcançou apenas as visões declarativas das práticas, sem incluir observações diretas ou análises documentais mais detalhadas. Além disso, como a pesquisa envolveu apenas três escolas, os resultados não podem ser considerados representativos dos achados, que devem ser interpretados como indicativos, e não como padrão para toda a rede municipal. Por fim, a escolha por não incluir outros atores escolares, como professores, estudantes e comunidade, o que limitou uma análise mais completa sobre a Educação Ambiental, deixando os resultados focados somente na perspectiva da gestão.

Diante dessas limitações, sugere-se para trabalhos futuros ampliar um número maior de escolas e em diferentes municípios, pois com essa ampliação será possível observar diversas perspectivas sobre a temática e compreender as necessidades de cada escola e município, como também realizando a pesquisa com toda a comunidade escolar para entender a visão de cada um sobre a implementação da Educação Ambiental dentro do contexto escolar. Além disso, é importante desenvolver estudos comparativos entre redes de ensino que já possuem políticas ambientais consolidadas e aquelas que ainda enfrentam desafios, para compreender de forma mais profunda os fatores que favorecem ou dificultam a efetividade da Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelino Gomes de; SCHWAMBORN, Silvia Helena Lima. A Educação Ambiental em Análise SWOT. *Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 183–208, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/4055>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ARNALDO, Maria Aparecida; SANTANA, Luiz Carlos. Políticas públicas de educação ambiental e processos de mediação em escolas de Ensino Fundamental. **Ciência & Educação**

(Bauru), v. 24, n. 3, p. 599-619, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030005>
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/WjG5Bh8qBF8rF4MTspjq3yb/?lang=pt>.
Acesso em: 25 fev. 2025

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. 153 p. Disponível em: https://cdn.unoparead.com.br/contents/27090f95-0709-43ec-9e94-b1f205f94a6b/assets/resources/978-85-430-0006-0-METODOL_CIENTIF.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Lei número 9.795 de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental, Diário Oficial da União, Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 11 abr. 2025

FEITOSA, Osmiriz L.; OLIVEIRA, Selma S. B. de. Possibilidades na construção da escola democrática: análise da gestão escolar no município de Boa Vista-RR (Brasil). **Revista Espacios**, v. 40, n. 33, 2019. Disponível em: <http://w.revistaespacios.com/a19v40n33/a19v40n33p19.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FOGAÇA, Jennifer. "A organização e a Estrutura dos Sistemas de Ensino no Brasil"; Educador Brasil Escola. Disponível em: [https://educador.brasilescola.uol.com.br/gestao-educacional/a-organizacao-estrutura-dos-sistemas-ensino-no-brasil.htm#:~:text=Os%20%C3%B3rg%C3%A3os%20respons%C3%A1veis%20pela%20educa%C3%A7%C3%A3o,Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia%20\(EAD\).](https://educador.brasilescola.uol.com.br/gestao-educacional/a-organizacao-estrutura-dos-sistemas-ensino-no-brasil.htm#:~:text=Os%20%C3%B3rg%C3%A3os%20respons%C3%A1veis%20pela%20educa%C3%A7%C3%A3o,Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia%20(EAD).) Acesso em 04 de junho de 2025.

FURTADO, Janine Dorneles. **Os caminhos da educação ambiental nos espaços formais de ensino-aprendizagem**: qual o papel da política nacional de educação ambiental?. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 22, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2830>. Acesso em: 10 abr. 2025

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1991. 101 p. Acesso em: 16 set. 2025.

GOMES, Valcilene Germanio Da Silva; FERREIRA, Andreza da Silva. Educação Ambiental na Gestão Escolar no Município de Mamanguape. 2024. Acesso em: 11 abr. 2025

MENDES, Rafael Pereira da Silva. "Educação no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>. Acesso em 02 jun. 2025.

MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Mamanguape, PB, 2019. Disponível em: <https://cmmamanguape.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/LEI-No-1090-2019-DISPOE-SOBRE-A-POLITICA-MUNICIPAL-DE-SANEAMENTO-BASICO-DO-MUNICIPIO-DE-MAMANGUAPE.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 48, n. 169, p. 876-900, jul. 2018. Disponível em

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000300876&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2025.

OLIVEIRA, Lucas de; NEIMAN, Zysman. Educação Ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 15, n. 3, p. 36-52, 2020. Disponível em:

<https://scholar.archive.org/work/fxhivk2xznezxlhaddziwnjvva/access/wayback/https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/10474/7735>. Acesso em: 10 abr. 2025

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul:

Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=PRODANOV,+Cleber+Cristiano%3B+FREITAS,+Ernani+Cesar+de.+Metodologia+do+trabalho+cient%3%ADfco:+m%3%A9todos+e+t%3%A9cnicas+da+pesquisa+e+do+trabalho+acad%3%AAmico.+2.+ed.+Rio+Grande+do+Sul:+Novo+Hamburgo:+Feevale,+2013.+277+p.+Acesso+em:+29+jun.+2025&ots=dd00chxeFN&sig=D0SUqN4UFy5AdM17nHGh5uRquiE>. Acesso em: 29 jun. 2025

SANTOS, Patrícia Pato dos; ALVES, Gilberto Luiz. Educação ambiental nas escolas da rede municipal de ensino de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Ciência & Educação (Bauru)**,

v. 27, p. e21032, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320210032> Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/Zzcj33SZ5kztzcg4t43ktrL/>. Acesso em: 24 fev. 2025

SILVA, Jéssica Novaes da; ALVES, Thaynara Souza; SOARES, Guilherme Jose de

Vasconcelos. **A gestão escolar e a Educação Ambiental para a sustentabilidade: O caso de quatro escolas em Surubim, Pernambuco** Gestión escolar y educación ambiental para la sostenibilidad: El caso de cuatro escuelas en Surubim, Pernambuco. 2020. disponível em:

<https://cointer.institutoidv.org/smart/2020/pdvg/uploads/503.pdf>. acesso em: 19 abr. 2025.

SOUSA, José Janielson da Silva. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: gestão e desdobramentos do programa “vamos cuidar do brasil” em escolas públicas municipais de Santa Cruz dos Milagres-PI. 2022. Disponível em:

<http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/handle/123456789/2899>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SOUTO-MAIOR, Joel. Planejamento Estratégico Participativo: uma abordagem para o setor público. Anais do XVIII ENANPAD, 1994. Acesso em: 16 set. 2025.

SOUZA, Liherbeth Silva. A educação ambiental na gestão escolar participativa: um estudo de caso na Escola Municipal de Cedral-Maranhão. 2017. Dissertação de Mestrado. Instituto Politecnico do Porto (Portugal). Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/302870389.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERFIL DO ENTREVISTADO:

1. Quando ingressou na escola?
2. Qual o cargo que ocupa na escola?
3. Há quanto tempo atua na gestão escolar?

TRAJETÓRIA DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4. Como você define Educação Ambiental e qual sua importância para o ambiente escolar?
5. A escola já desenvolveu algum projeto ou atividade relacionada à educação ambiental? Se sim, poderia contar um pouco sobre?
6. Você já participou de alguma formação voltada à Educação Ambiental? Se sim, qual?
7. A gestão da escola possui instrumentos de planejamento e avaliação para monitorar as ações ambientais?
8. De um modo geral, como você avalia a trajetória da escola na implementação da educação ambiental?

IDENTIFICAÇÃO DE PONTOS FRACOS E FORTES

QUESTÃO	SIM	NÃO
9. Você acha que sua equipe tem capacidade para implementar a educação ambiental?		
10. A escola possui espaços como hortas, jardins ou áreas verdes que possam ser usados em práticas ambientais? Se sim, quais e de que forma é utilizado para impulsionar as práticas dentro e fora do ambiente escolar.		
11. A escola possui recursos didáticos e tecnológicos (TV, internet, computadores) para apoiar projetos ambientais?		

12. Você avalia de forma positiva a formação dos professores da sua escola para trabalhar com educação ambiental?		
13. Há colaboração entre os membros da equipe quando se trata de ações ambientais?		

14. Você gostaria de apontar mais algum ponto forte ou fraco?

IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

QUESTÃO	SIM	NÃO
15. Você acha que as políticas da secretaria municipal de educação contribuem para a implementação da educação ambiental na escola?		
16. Você percebe algum interesse e engajamento da comunidade escolar (pais, alunos, professores) em ações de educação ambiental? Se sim, quais?		
17. A gestão escolar recebe orientações ou materiais da secretaria municipal sobre educação ambiental?		
18. Existem parcerias com instituições locais (ONGs, universidades, secretarias) que poderiam colaborar com a escola nesse tema?		
19. A Secretaria Municipal de Educação oferece algum apoio técnico ou financeiro para impulsionar as ações de educação ambiental?		
20. Você acredita que as políticas públicas consideram as realidades e necessidades das escolas da região?		
21. Existem programas ou projetos da prefeitura voltados para esse tema?		

22. Você gostaria de apontar mais alguma oportunidade ou ameaça?

ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

23. Quais estratégias você acredita que a gestão da escola pode adotar para fortalecer a educação ambiental?

24. De que forma a escola pode envolver mais a comunidade interna e externa nesse tipo de ação?
25. Quais ações práticas poderiam ser colocadas em funcionamento com poucos recursos?
26. Como você pensa que a educação ambiental pode ser trabalhada de forma interdisciplinar nas disciplinas já existentes?
27. Você considera importante ter um plano específico de educação ambiental dentro do planejamento escolar? Por quê?
28. Como a gestão escolar pode motivar os professores e alunos a participarem de projetos ambientais?
29. Gostaria de acrescentar alguma informação ou sugestão que julgue relevante sobre a temática?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

PERSPECTIVA DE GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS SOBRE A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um estudo de caso em Mamanguape - PB

Os pesquisadores Valcilene Germanio da Silva Gomes (aluno de Administração) e Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin (Prof.^a orientadora) convidam você a participar da pesquisa intitulada “A educação ambiental nas escolas públicas municipais”, cujo objetivo geral consiste em analisar, a partir da ótica da gestão escolar, os principais desafios e potencialidades para a implementação efetiva da educação ambiental nas escolas municipais.

Quanto aos objetivos específicos, este estudo busca:

- a) Identificar pontos fracos e forte da Escola para implementar a educação ambiental;
- b) Identificar as oportunidades e ameaças da Escola para implementar a educação ambiental;
- c) Indicar estratégias de gestão para a implementação da educação ambiental na Escola.

Para tanto você precisará assinar o TCLE, que assegura a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões e que a estruturação, o conteúdo e a forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária:

- Ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você;
- Você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa;
- Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

A coleta de dados irá ocorrer por meio de entrevistas semiestruturadas.

- Será escolhido um local privado livre da presença de pessoas alheias ao estudo, podendo ser no formato presencial ou remoto, de acordo com sua conveniência;
- Solicitamos a gravação da entrevista para que ela possa ser transcrita e, em seguida, analisada.

Lembre-se que:

- Não há respostas certas ou erradas;
- As respostas serão confidenciais;
- Em nenhum momento o seu nome será divulgado;
- Sua participação é voluntária, ou seja, você pode recusar-se a responder ou desistir de participar a qualquer momento.

Quanto aos benefícios ao(à) Participante da Pesquisa, os resultados da pesquisa podem contribuir para a melhoria da prática profissional e contribuir com a gestão escolar na área da educação ambiental

Em caso de dúvida:

Valcilene Germanio da Silva Gomes (Responsável principal pela pesquisa) Discente do Curso de Administração

E-mail: gomesvalcilenea@gmail.com

Tel.: (83) 99383 - 3651

Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin (Orientadora e membro da equipe)

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA/CCAUE/UFPB

E-mail: angeluce@ccae.ufpb.br

CONSENTIMENTO.

Li todas as informações e tirei todas as dúvidas a respeito do estudo. Sei, também, que a minha participação é voluntária e que eu posso desistir mesmo depois de ter começado, sem que isto me traga qualquer prejuízo pessoal.

Por tudo isso:

1. Concordo em participar: () Sim () Não
2. Concordo com a gravação da entrevista: () Sim () Não

Local _____, ____ / ____ / ____

Assinatura da Participante: _____

Assinatura do/a entrevistador/a: _____